

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Litoral alentejano é uma das regiões com maior carência no que respeita aos cuidados de saúde. Há muito que o Grupo Parlamentar do PCP tem vindo a expressar preocupações sobre a acessibilidade da população desta região à saúde, evidentes nos diversos questionamentos dirigidos a sucessivos Governos.

As carências começam logo ao nível dos cuidados de saúde primários. A cobertura dos centros e extensões de saúde não dá uma resposta cabal à missão dos cuidados de saúde primários, devido à falta de profissionais de saúde; à necessidade de reforçar os serviços e valências nas unidades de saúde, incluindo o alargamento do seu horário de funcionamento; ou do alargamento da própria rede de cuidados de saúde primários, por ser insuficiente ou por já não dispor das condições dignas de funcionamento.

Cerca de 1/3 da população do Litoral Alentejano não tem médico de família (estima-se que sejam cerca de 30 mil utentes sem médico de família).

A Coordenadora das Comissões de Utentes do Litoral Alentejano defende:

- No concelho de Alcácer do Sal a existência de uma ambulância de suporte básico de vida no SUB de Alcácer do Sal e de uma Unidade Móvel de Saúde e a requalificação da Extensão de Saúde em Palma;

- No concelho de Grândola o funcionamento durante 24 horas do serviço de atendimento permanente; um serviço de enfermagem na Extensão de Saúde do Canal Caveira e a construção de uma nova Extensão de Saúde em Melides;

- No concelho de Odemira a ampliação da sala de espera do SUB de Odemira e uma nova Extensão de Saúde em Vila Nova de Milfontes e em Saboia;

- No concelho de Santiago do Cacém um novo Centro de Saúde em Santiago do Cacém e a

requalificação da Extensão de Saúde de Vila Nova de Santo André;

- E no concelho de Sines a abertura do novo Centro de Saúde de Sines.

A carência de profissionais de saúde também se faz sentir de uma forma muito expressiva no Hospital do Litoral Alentejano, refletindo-se nos elevados tempos de espera para consultas, cirurgias ou meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Só a título ilustrativo, o tempo de espera para uma colonoscopia é de cerca de dois anos ou a lista de espera para uma cirurgia em oftalmologia atinge os 1600 utentes.

De entre as especialidades com falta de médicos, salienta-se a cardiologia, gastroenterologia, ginecologia, otorrino, medicina interna, medicina física e de reabilitação, urologia, ortopedia, pneumologia e pediatria.

Mas a falta de profissionais de saúde também se faz sentir nos enfermeiros, assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos de diagnóstico e terapêutica.

A 22 de julho de 2016 o Grupo Parlamentar do PCP dirigiu a Pergunta n.º 2843/XIII/1ª sobre a carência de profissionais de saúde na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, onde questionava sobre a falta de médicos especialistas, enfermeiros, assistentes técnicos e assistentes operacionais, à qual ainda não obtivemos resposta.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Saúde, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Quantos profissionais de saúde exercem funções na Unidade Local de Saúde de Litoral Alentejano? Solicita-se informação por carreira, vínculo laboral e unidade de saúde.
2. Quantos profissionais de saúde estão em falta na Unidade Local de Saúde para assegurar o adequado funcionamento dos serviços de saúde e prestação de cuidados de saúde, com qualidade e atempadamente?
3. Que medidas pretende o Governo tomar para contratar os médicos das especialidades médicas em carência?
4. Que medidas pretende o Governo adotar para reforçar o número de enfermeiros, assistentes técnicos, assistentes operacionais e técnicos necessários?
5. Como pretende o Governo reduzir os tempos de espera para as consultas, cirurgias e exames e garantir o cumprimento dos tempos de espera máximos garantidos?
6. Face às necessidades expressas no que respeita aos cuidados de saúde primários, em particular o reforço de serviços e valências, a requalificação e a construção de novas instalações, que medidas vai o Governo tomar para assegurar a acessibilidade aos cuidados de saúde primários, bem como a prestação de cuidados de saúde com qualidade?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 8 de Março de 2017

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)
FRANCISCO LOPES(PCP)
BRUNO DIAS(PCP)

Deputado(a)s
JOÃO RAMOS(PCP)